



V Seminário de Pesquisas do ProEF/UFSCar São Carlos, 28 de junho de 2025



OLIVEIRA, Washington Rodrigo Neres da Silva; RAMOS, Glauco Nunes Souto. Estudo das ações docentes de educação física do ensino médio integrado ao técnico pós-BNCC de uma rede de ensino municipal da Grande São Paulo. *In: SEMINÁRIO DE PESQUISAS DO PROEF/UFSCAR*, 5., 2025, São Carlos. *Anais [...]*. São Carlos: ProEF/UFSCar, 2025. p. 63-66.

ESTUDO DAS AÇÕES DOCENTES DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO AO TÉCNICO PÓS-BNCC DE UMA REDE DE ENSINO MUNICIPAL DA GRANDE SÃO PAULO

Washington Rodrigo Neres da Silva Oliveira

<https://lattes.cnpq.br/4654263911322835>

<https://orcid.org/0009-0009-0081-0314>

washington.oliveira@estudante.ufscar.br

Glauco Nunes Souto Ramos

<http://lattes.cnpq.br/0134679842280022>

<https://orcid.org/0000-0003-2644-2838>

glauco@ufscar.br

Resumo: O sistema educacional brasileiro passou por reformas significativas, em especial com a Lei nº 13.415/2017, que reestruturou os currículos do ensino médio e enfatizou a formação profissional e técnica em detrimento à formação geral básica. A Educação Física, integrada à Base Nacional Comum Curricular, enfrenta o desafio de manter sua relevância pedagógica em meio a essa mudança rumo à educação técnica e profissional. A forma como educadores interpretam e implementam essas mudanças legislativas é essencial para o desenvolvimento da Educação Física nos programas do Ensino Médio Integrado ao Técnico (EMIT), ressaltando a importância de práticas pedagógicas que equilibrem a formação integral e especializada. Assim, o presente estudo tem como objetivo analisar como docentes de Educação Física do EMIT têm lidado com as transformações da legislação que implicaram em suas práticas pedagógicas junto ao componente curricular. A pesquisa tem abordagem qualitativa, com foco na compreensão das percepções, experiências e estratégias de docentes de Educação Física que atuam no EMIT de uma rede municipal de ensino da região da Grande São Paulo. Os instrumentos de coleta de informações são: a) análise documental do plano de trabalho docente (PTD) utilizado para balizar sua atuação docente, b) questionário aplicado aos nove docentes de Educação Física atuantes da rede de ensino em questão, c) diários de campo com registros da Mini Jornada de Formação Pedagógica (MJFP) organizada pelo professor-pesquisador. Os dados coletados serão analisados com base na técnica de análise de conteúdo, permitindo a categorização temática dos mesmos. Esperamos ampliar as possibilidades do trabalho de docentes de Educação Física atuantes do EMIT mostrando as estratégias pedagógicas que estes utilizam para superar as barreiras que encontram nessa etapa peculiar do ensino básico. Com recurso educacional, será elaborado um Guia Didático-Pedagógico com possibilidades de ações e intervenções docentes.

Palavras-chave: Atuação Docente; Educação Física; Ensino Médio Integrado ao Técnico.

Introdução

Nos últimos anos, o cenário educacional brasileiro passou por transformações significativas, influenciadas principalmente por mudanças na legislação educacional e pelas demandas da sociedade moderna. No âmbito da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), essas transformações foram ainda mais notáveis pela promulgação da Reforma do Ensino Médio - REM (Lei nº 13.415/2017) e pela Base Nacional Comum Curricular – BNCC (Resolução CNE/CP nº 2/2017), que implementaram alterações significativas na organização curricular, incluindo a introdução de itinerários formativos, o aumento da carga horária mínima exigida na parte diversificada do currículo, e consequentemente o aumento da carga horária desses itinerários para o Ensino Médio Integrado ao Técnico (EMIT) que consiste na parte específica de cada curso técnico, e tudo isso em detrimento à redução da carga horária destinada à base comum do currículo elencada pela Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9.394/1996). Essa revisão do quadro despertou uma reavaliação dos componentes curriculares quanto à sua contribuição para a formação integral dos alunos.

Cabe ressaltar que nesse novo contexto trazido pós BNCC e pós REM, alterando a LDB em relação às cargas horárias da parte diversificada do currículo e da base comum curricular, alguns componentes sofreram grandes mudanças na grade curricular dessa etapa da educação básica. Nesse novo cenário, a Língua Portuguesa e a Matemática passaram a ser as únicas disciplinas obrigatórias para os 3 anos dessa etapa. Por outro lado, componentes como Educação Física, Arte, Sociologia e Filosofia passaram a ter sua obrigatoriedade em apenas um dos três anos da etapa, ficando a cargo de cada rede/sistema de ensino a escolha em qual(is) ano(s)/série(s) será(ão) contemplados, e se serão ofertados em uma, duas ou nas três séries do ensino médio.

Como componente curricular da área de Linguagens, Códigos e Suas Tecnologias, definido pela Base Nacional Comum Curricular, a Educação Física enfrenta o desafio de validar e reafirmar sua relevância pedagógica em um contexto educacional de um ensino médio que prioriza cada vez mais a formação técnica e profissional. A forma como os professores da nossa área têm interpretado e reagido a essas modificações legislativas é fundamental para a compreensão da trajetória que a Educação Física vem adotando no âmbito do Ensino Médio Integrado ao Técnico, modelo que visa integrar a formação geral básica à formação profissional em uma experiência educacional integrada.

Além disso, as práticas pedagógicas dos professores são diretamente influenciadas pelo contexto institucional, pelas diretrizes curriculares e pelas suas condições de trabalho. O conflito entre a valorização da formação integral e as exigências da educação técnica levanta questionamentos sobre a conceituação e a implementação da Educação Física nas instituições de ensino técnico, as quais temos como exemplos em âmbito federal os Institutos Federais de Ciência e Tecnologia (IFs), em âmbito estadual em São Paulo as Escolas Técnicas Estaduais (ETECs), e em âmbito municipal a Fundação de Educação, autarquia de um município localizada na região metropolitana da Grande São Paulo, cujos seus professores são a população deste estudo.

Sob esse viés, torna-se muito importante compreendermos como esses professores de Educação Física têm trabalhado nesse cenário, a fim de refletirmos sobre a qualidade da educação oferecida e a importância atribuída à disciplina em propostas de educação integrada.

Conforme Andreani, Ramos e Ferreira (2021), pesquisas no contexto do ensino profissional relacionadas à Educação Física mostram que a principal diferença encontrada entre o ensino médio integrado ao técnico e o ensino médio regular está numa maior aproximação com o mundo do trabalho nos cursos integrados. Isso demonstra, portanto, a necessidade de ações que articulem a especificidade do componente curricular com as demandas próprias do ensino profissional.

No caso específico da Fundação de Educação da Grande São Paulo, por meio de sua gestão municipal autárquica e o seu entendimento dessa nova legislação vigente, foi optado que a Educação Física passe a ser ofertada a partir de 2022 em uma aula semanal, e apenas na 1.^a série (nomenclatura utilizada pela instituição em seus documentos administrativos e pedagógicos). É importante ressaltar que, apesar de a relação quantitativa de aulas nem sempre ser um sinônimo de qualidade de ensino e de aprendizagem, é importante atentarmos que essa redução pode ser um fator considerável que pode implicar perdas pedagógicas para os alunos e dificultar o êxito dos objetivos do trabalho docente.

A partir disso, este estudo apresenta a seguinte problemática: Como os (as) docentes de Educação Física do Ensino Médio Integrado ao Técnico têm trabalhado suas práticas pedagógicas diante das transformações na legislação educacional que nelas implicaram?

Desse modo, o presente estudo tem como objetivo investigar e analisar como os docentes de Educação Física do Ensino Médio Integrado ao Técnico têm lidado com essas mudanças na legislação em suas práticas pedagógicas junto ao componente curricular para obtenção (ou não) do êxito pedagógico esperado.

Metodologia

Esta pesquisa tem abordagem qualitativa, com foco na compreensão das percepções, experiências e estratégias dos(as) docentes de Educação Física que atuam no Ensino Médio Integrado ao Técnico. Nessa perspectiva, será adotada uma trajetória metodológica, com as seguintes etapas:

A população do estudo é composta por todos os 9 (nove) docentes de Educação Física que atuam no Ensino Médio Integrado ao Técnico, da referida Fundação de Educação. Desses, 6 (seis) são professores concursados efetivos e 3 (três) são professores contratados temporários da instituição.

No que se refere aos instrumentos de coleta de dados, primeiramente realizamos a análise do documento pedagógico balizador da instituição de ensino: o Plano de Trabalho Docente (PTD), que é elaborado coletivamente pelos(as) docentes de Educação Física a cada ano. Em seguida, aplicamos um questionário de respostas abertas com os(as) professores(as), permitindo que eles(as) contribuam com suas visões sobre os impactos das mudanças legais em suas práticas, suas estratégias pedagógicas e os desafios enfrentados. Na sequência, como proposta de intervenção na prática docente, serão realizados diários de campos nos quais serão feitos os registros numa Mini Jornada de Formação Pedagógica (MJFP), com média de 4 a 5 encontros de uma hora cada, aproximadamente, na qual os(as) professores(as) irão discutir, refletir e propor intervenções pedagógicas com base nas respostas do questionário e suas vivências docentes. Dessa forma, os dados coletados na análise documental, nas respostas dos questionários e na mini jornada de formação pedagógica serão analisados com

base na técnica de análise de conteúdo, conforme é proposto por Bardin (2011), permitindo a categorização temática dos mesmos.

Por fim, ressaltamos que a pesquisa foi aprovada e autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), através do Parecer 7.291.135. Dessa forma, todos os procedimentos seguirão as diretrizes éticas estabelecidas pela Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde e os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), garantindo sigilo, anonimato e o direito de desistência a qualquer momento.

Resultados Esperados

Esperamos como resultados, ampliar as possibilidades do trabalho dos professores de Educação Física atuantes no Ensino Médio Integrado ao Técnico, analisado e mostrando as estratégias pedagógicas que estes utilizam para superar as barreiras que encontram nessa etapa tão peculiar da nossa educação básica.

Recurso Educacional

Como recurso educacional, será elaborado um Guia Didático - Pedagógico com possibilidades de ações e intervenções docentes que visem superar as barreiras que são peculiares à Educação Física na etapa de ensino estudada, buscando atingir as competências e habilidades exigidas para o Ensino Médio que são descritas no documento da BNCC.

Referências

ANDREANI, Fabiana; RAMOS, Glauco Nunes Souto; FERREIRA, Lilian Aparecida. Os objetivos da Educação Física nos cursos técnicos integrados ao ensino médio: confronto entre planos de ensino e as perspectivas docentes. **Ensino & Pesquisa**, v. 19, n. 3, 2021, p. 08-22. Disponível em: <https://doi.org/10.33871/23594381.2021.19.3.8-22>. Acesso em: 7 jun. 2025.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Almedina Brasil, 2011.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a organização do Ensino Médio, e a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 fev. 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 22 dez. 2017. Seção 1, p. 41-44.